

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**  
**CONSELHO SUPERIOR**

**Ata 06/2019**

**Reunião ordinária**

1 Aos dezessete dias de dezembro de dois mil e dezenove, nas dependências do câmpus  
2 Pelotas, o Conselho Superior do IFSul realizou reunião ordinária, presidida pelo reitor,  
3 professor Flávio Luis Barbosa Nunes. Compareceram os conselheiros e convidados  
4 Berenice Mattos da Silva, Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Taís Burlani Neves,  
5 Fernanda Veleda Camacho, Álvaro Luiz carvalho Nebel, Pablo Machado Mendes,  
6 Denise Perez Lacerda, Davi Dummer Cardoso Vergara, Guilherme Scholze Teixeira,  
7 Tales Emilio Costa Amorim, Cátia Mirela de Oliveira Barcellos, Raquel Sperb Xavier,  
8 Amanda Oliveira Geiger, Marco Antônio da Silva Vaz, Vivian Anghinoni Cardoso  
9 Correa, John Anderson Lopes da Costa, Celso Silva Gonçalves, Luis Felipe Costa Cunha,  
10 Manoel Antônio Madruga da Silveira, Tiaraju Molina Andreazza, Fabian Eduardo  
11 Debenedetti Carbajal, Claudia Anahi Aguilera Larrosa, João Gilberto Obelar Soares,  
12 Anita Silva Souza, Cristian Oliveira da Conceição, Gabriele Laís Mandler, Marcio  
13 Alessandro Nunes Rodrigues, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Ana Cristina Rodrigues da  
14 Silva, Janete Otte, João Abadi Soares Prietsch, Jussara Maria da Silva Pereira, Mara  
15 Cristina Caipú Mendes, Giuliana Gonçalves do Carmo de Oliveira, Glaucia Carine Tasso  
16 dos Santos, Jeferson Fernando de Souza Wolff, Charles Sidarta Machado Domingos,  
17 Francisco Carlos Gonçalves Brongar, Roberto Rodrigues Vieira Junior, Mack Léo  
18 Pedroso, Gislaine Gabriele Saueressig, Everton Santos, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro,  
19 Rafael Theis Dittgen, Elton Rodrigues da Silva, Nilo Moraes de Campos, Natalí Farias  
20 Cardoso, Cláudia Redecker Schwabe, Evandro Fernandes, Meirelis Corin de Oliveira,  
21 Giovana Borges Oliveira, Clotilde Conceição Victória, Laerte Radtke Karnopp, Rodrigo  
22 Nascimento da Silva, Vinicius Martins, Ana Paula Nogueira e Silva, Leonardo Betemps  
23 Kontz, Deomar Villagra Neto, Veridiana Krolow Bosenbecker, Rosane Bom.  
24 Justificaram a ausência os conselheiros Daniel Gonçalves Emmanuelli, Giovane Teles  
25 Tier, Fabiane Sarmento Oliveira Fruet, Eloisa Maria Wiebusch, Roberta Gonçalves  
26 Crizel, Lucas Vanini, Emily da Costa Pinto, Elizabete da Silveira Kowalski e Tomaz  
27 Fantin de Souza. O diretor Carlos Correa saudou os presentes, desejando bom trabalho.  
28 A seguir, o presidente deu posse aos conselheiros presentes dos câmpus Santana do  
29 Livramento, Venâncio Aires e das entidades públicas. O presidente explicou ter recebido,  
30 na véspera, um pedido de moção do ProfEPT e uma solicitação de alteração de calendário  
31 2019 do câmpus Pelotas, perguntando se os conselheiros aceitavam a inclusão, o que  
32 aconteceu. O conselheiro Francisco Brongar disse que não constava na pauta e que  
33 gostaria de incluir a reserva de vagas para servidores em cursos de mestrado. O presidente  
34 contestou, dizendo que o assunto constava como item 06 da pauta, inclusive com a  
35 ressalva de ser a complementação das discussões da reunião anterior. O presidente

colocou em apreciação a ata da reunião anterior, aprovada. Na sequência, foram colocadas em apreciação as **portarias *ad referendum* 3089 (COE Jaguarão), 3313, 3314 (coordenação da UAB), 3423 e 3424 (calendários letivos câmpus Avançado Jaguarão e CaVG)**, homologadas por unanimidade. O item seguinte foi a **homologação do nome da diretora do câmpus Avançado Jaguarão**. O presidente lembrou que na reunião anterior houve a abertura do processo eleitoral, de onde saiu uma pré-comissão que elegeu a COE, que elaborou regimento baseada na proposta de outros câmpus, foi realizado o processo eleitoral, com candidata única, a professora Magda Santos dos Santos, eleita para a direção do câmpus Jaguarão e submeteu o seu nome à homologação do Conselho, o que aconteceu por unanimidade, com a consideração do conselheiro Tales Amorim de ter constado na ordem do dia “posse do diretor” e não da diretora. O presidente pediu que, mesmo não estando a diretora presente, fosse aplaudida. Agradeceu o trabalho do conselheiro Fabian Carbajal, durante todo o seu mandato, no período de implantação do câmpus Jaguarão, com todo o empenho e dedicação empreendidos, para que hoje o câmpus Jaguarão seja o que é, com todas as limitações em termos de pessoal, mas com toda estrutura e trabalho pedagógico. O presidente solicitou que o item 06 seja abordado à tarde, com a presença dos coordenadores de cursos, após a apresentação cultural que o câmpus Pelotas fará. Solicitou a antecipação da pauta 25, uma vez que o servidor responsável pela apresentação tem compromisso à tarde. Havendo concordância, o auditor Laerte Karnopp apresentou a proposta do **Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2020**. Explicou que segue as orientações da CGU, Instrução Normativa 09/2018. Nele constam todas as ações que a Auditoria pretende realizar. Explicou que já teve aprovação da CGU, com uma ressalva em relação às premissas, já acrescentadas ao texto. (trecho inaudível) Respondendo ao conselheiro Cristian Conceição sobre gestão de risco, explicou que tem que ser considerada no planejamento e embora ainda não temos uma política funcionando efetivamente no Instituto, então trabalhamos no interesse da administração, considerando o estágio em que estamos; assim, vale o contexto atual. Colocado em apreciação, o PAINT 2020 foi aprovado, com uma abstenção. A seguir, foi apresentada a proposta do **novo regimento da Editora do IFSul**. O presidente explicou que antes da reunião aconteceu a consolidação da editora, com o lançamento do seu primeiro livro; destacou a importância do espaço que se abre para publicações científicas e textuais de servidores e estudantes, mais uma situação de divulgação do IFSul. O pró-reitor Vinícius Martins explicou que o regimento foi construído em 2017 e, agora, considerando a pouca demanda, optou-se pelo trabalho com edital de fluxo contínuo, o que exige mudança em seu regimento. Colocada em apreciação, a proposta de alteração foi aprovada, com duas abstenções. O pró-reitor Vinicius Martins apresentou a proposta de **alteração do PPC do curso de Mestrado Profissional em Engenharia e Ciências Ambientais do câmpus Pelotas e da Matriz Curricular do Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologias na Educação do CaVG**. A conselheira Janete Otte argumentou que não conseguiu perceber, no material encaminhado, quais as alterações propostas, que a mesma situação acontece em todos os documentos que envolvem alterações de PPCs, solicitando que passem a ser destacadas as modificações. O presidente considerou que para os documentos agora apresentados não há como atender. O pró-reitor Vinicius Martins explicou que a proposta é de alteração de nomenclatura e carga horária de disciplinas, sem alteração da carga horária total dos cursos, dando-lhes flexibilização, que passam a trabalhar com eixos tecnológicos. Colocadas em votação, as duas propostas foram aprovadas, com três abstenções. Em continuidade, o pró-reitor Vinicius Martins apresentou os **PPCs dos cursos de Especialização em Educação Física Escolar -**

câmpus Pelotas, Especialização em Educação e Saberes para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Especialização e Gestão de Micro e Pequenos Negócios - câmpus Lajeado, Especialização em Educação: a Pesquisa como Princípio Pedagógico – câmpus Venâncio Aires. Salientou que será a primeira edição de todos os cursos (trecho inaudível) O conselheiro Cristian Conceição explicou que houve o acréscimo de 20% em educação a distância no curso de seu câmpus, para adequar à legislação. Colocados em votação, os quatro cursos foram aprovados, com uma abstenção. O pró-reitor Vinícius Martins falou sobre a proposta de **alteração do Regulamento Local do ProFEPT**; referiu-se ao art. 4º, que passa a exigir apresentação do relatório de pesquisa em forma de dissertação. Colocada em apreciação, a proposta foi aprovada, com uma abstenção. Em continuidade, o pró-reitor Vinicius Martins, abordou a proposta de criação do **Regimento Interno da Rede de Incubadoras do IFSul**. Explicou que desde 2017 vem sendo alimentada a criação de incubadora do IFSul; que quatro servidores TAEs (dos câmpus Bagé, Pelotas e Sapucaia do Sul) se reuniram para tratar da criação; percebeu-se que, devido a diversidade dos câmpus não seria possível à PROPESP o controle e que o ideal seria que cada câmpus pudesse ter incubadora de acordo com suas necessidades, que participaria da rede de incubadoras. Levado a votação, o regulamento proposto foi aprovado, com uma abstenção. O conselheiro Marcus Ribeiro falou sobre proposta de elaborar **moção de pleno apoio à greve do magistério estadual no Rio Grande do Sul**, a partir do CODIR, fundamentada no entendimento de que a valorização da educação e da escola pública é imprescindível para a construção de um futuro com democracia, lembrando que servidores da educação municipal e estadual já manifestaram seu apoio aos nossos movimentos. O presidente considerou ser importante a proposta trazida, que o movimento dos servidores estaduais continua a pleno; que o IFSul já fez um trabalho de apoio ao movimento no momento em que foi baixada instrução normativa autorizando alunos da rede estadual a fazerem suas matrículas provisórias, mesmo sem a conclusão do ano letivo e dando prazo para que concluam seu ensino fundamental ou médio, dando esse espaço para não prejudicá-los e também atendendo solicitação do próprio CPERS, à semelhança do que aconteceu na greve de 2017. O conselheiro Francisco Brongar parabenizou a iniciativa (trecho inaudível). A conselheira Gabriele Mandler sugeriu que seja usada como base a moção elaborada pelo SINASEFE em apoio aos professores. A conselheira Vivian Correa apresentou, para conhecimento dos conselheiros, a **Carta dos Professores de Artes dos Institutos Federais do RS**, elaborada a partir do 1º encontro de professores dos três institutos do RS, realizado em Novo Hamburgo, chamando atenção para o desmonte da rede federal e a precarização da educação e solicitando garantias para a área de Artes e seus professores. O conselheiro Mack Pedroso parabenizou os câmpus pelo apoio ao movimento estadual; manifestou preocupação com a reserva específica para docentes de artes, música, com o comprometimento da gestão em relação às reservas. O conselheiro Marcus Ribeiro disse que, nas discussões feitas, ficou salientada a importância da arte e das quatro linguagens na proposta educacional do IFSul. Salientou que faltam a clareza das disciplinas e o conhecimento dos vários níveis tratados por elas. O presidente informou que a reitoria inaugurou a Galeria Cultural, um espaço para divulgar ações da área, desenvolvidas de forma intensa pelos câmpus também uma forma de participar dessas ações. Ratificou o compromisso de defender as artes no IFSul, como parte da formação integral dos alunos, especialmente dos cursos integrados. A diretora Ana Paula Silva, na condição de representante da comissão central do PDI 2020-2024, lembrou que o **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI** é o documento de planejamento organizacional,

exigido pelo MEC; basicamente fornece a base para que a instituição conduza seus processos de gestão, pedagógicos, administrativos, dizendo onde estamos e para onde queremos ir como instituição nos próximos cinco anos. Está estruturado em onze capítulos. Explicou como tem sido o trabalho das diversas comissões responsáveis pela elaboração; lembrou que da comissão central, responsável por conduzir o trabalho como um todo, participam representantes do Conselho; que existem comissões temáticas e comissões locais e a comunidade participa sendo chamada quando solicitada. Apresentou o plano de trabalho aprovado em 2018. Havia intenção de submeter o documento à aprovação do Conselho nesta reunião, o que não foi possível. Explicou que em setembro e outubro os capítulos deveriam ter sido submetidos à comunidade, o que não aconteceu por haver capítulos ainda inacabados. Lembrou que foi lançado questionário online para participação da comunidade, que teve retorno de 734, mostrando o significativo engajamento da comunidade, cujas respostas serão sistematizadas e avaliadas na próxima semana, para inclusão no relatório central. Considerando a importância da comunidade no processo e a sua complexidade, e para não perder nada do que já trabalhado até agora, ficou definido pela comissão central, em reuniões com os campi e reitoria, que a consulta à comunidade será feita no primeiro semestre de 2020, com o objetivo de transparência e de maior engajamento das comunidades na construção final do PDI, permitindo identificar incoerências, assuntos não abordados e fornecendo subsídios para tomadas de decisão da comissão central; que já estão em contato com a CCS para elaboração de material gráfico divulgando essa chamada à consulta; que será feito resumo dos capítulos 01 e 02, que são muito densos, para despertar o interesse das comunidades; os capítulos 03 e 04, organização pedagógica e institucional, não fazem parte da consulta, já estão contidos no PDI e não sofreram alterações; as comissões é que vão trabalhar esses dois documentos. A conselheira Gabriela Mandler lembrou a importância da participação da comunidade, salientando que vamos ficar cinco anos trabalhando atrelados ao documento que for aprovado; salientou que vai pedir às comissões locais o incentivo para a participação de todos. A diretora Ana Paula Silva apresentou o cronograma das próximas etapas: 10/02 a 06/03 – consulta à comunidade; 09 a 13/03 – sistematização das respostas; 20/03: finalização; 23/03: minuta para encaminhamento ao Conselho. Considerando essas situações explanadas, a comissão central vem ao Conselho solicitar a aprovação de duas propostas: a primeira, prorrogando a **submissão do PDI 2020-2024** ao Conselho Superior para março 2020; a segunda, prorrogando a **vigência do PDI 2014-2019 até abril 2020**. O presidente e conselheiros parabenizaram o trabalho da comissão na condução dos trabalhos. (trecho inaudível) A representante Ana Paula Silva explicou que é a prorrogação da vigência do atual PDI, que era dezembro 2019 para abril 2020. Levadas à votação, as duas propostas feitas pela representante da comissão central foram aprovadas, com uma abstenção. A diretora Ana Paula Silva agradeceu o trabalho de todas as comissões. Sobre o **orçamento 2020**, em resposta ao questionamento da conselheira Gabriele Mandler, o presidente esclareceu que o orçamento ainda não foi aprovado pelo Congresso, mas a proposta continua sendo a aprovação em dois tomos, dois anexos; no primeiro, os orçamentos de todos os ministérios é 58% do que foi em 2019 e os outros 42%, do anexo 2, ficam condicionados às condições orçamentárias do Governo federal para o ano que vem. Isso continua valendo, embora conversas com o MEC dizem que vamos ter os 100%; se não houver essa liberação, não só o MEC, mas todos os ministérios irão paralisar, porque não tem como ficar com orçamento de 58%. Há a tendência de aprovação dos dois tomos. A outra dúvida que havia na época da reunião anterior, continua valendo, não há nada escrito, mas as conversas indicam que até a aprovação do

orçamento da LOA, que pode acontecer em abril, como neste ano, o orçamento que fica disponibilizado para as instituições é 1/18 do orçamento geral previsto para aquele ano. A dúvida é se será 1/18 do tomo um, ou 1/18 do total. Todas as falas da SETEC/MEC remetem a 1/18 dos 100%, o que garante um mínimo de funcionamento até a aprovação da LOA, não só do MEC, mas de todos os ministérios. Há movimentação política de realocação de recursos para o MEC, mas seriam para investimento, não na parte de custeio. A conselheira Gabriele Mandler abordou a **divulgação do processo seletivo de verão**. Disse que o material de divulgação só está chegando no câmpus quando está encerrando o processo de inscrição (trecho inaudível) Ver o que dá para fazer para que o material chegue no câmpus ao menos uma semana antes do início do processo seletivo. O presidente disse que deverá ser conversado com a CCS, que faz a parte da arte, e com o câmpus Pelotas, que dá apoio na impressão, para que não ocorra novamente. Disse que, de modo geral, nossos processos seletivos têm número significativo de inscritos e devemos ter cuidado para que isso não ocorra novamente. Ratificou que vai chamar CCS e DES para evitar a reincidência do problema. A conselheira Gabriela Mandler falou sobre a **remuneração do processo seletivo de verão**. Perguntou por que o valor de remuneração continuou sendo a metade do definido originalmente, se houve a liberação do orçamento contingenciado e isso atinge principalmente os terceirizados. O presidente respondeu que essa questão foi trabalhada no início do ano, quando se identificou que, independentemente do contingenciamento, havia problema de orçamento e muitas questões de terceirizados aconteciam mesmo sem o contingenciamento. Foi feita comparação com outros eventos similares, verificando-se que o valor pago pela instituição era muito maior, por isso feito o corte, na verdade foi uma readequação para aproximar os valores dos processos seletivos com os pagos em outros eventos, inclusive o ENEM, por isso mantendo os 50%. Será feita nova avaliação para definir como será trabalho no próximo ano. A conselheira disse que muitos colegas consideram erro de estratégia tirar o valor pago, sem ter feito estudo de impacto (trecho inaudível) Sugere que sempre seja feito estudo prévio para evitar impacto orçamentário. O presidente explicou que a decisão de não cobrar inscrição no processo seletivo foi tomada pelo Conselho Superior na época. Hoje, muitas pessoas questionam essa situação. A situação é que hoje se investe, ao ano, R\$ 700.000,00 com os processos seletivos e tem-se ouvido propostas de retomar alguma cobrança de taxa, uma vez que temos praticamente uma taxa de 50% de abstenção, ou seja, temos que organizar espaços e fiscais, o que tem sido um custo, um desperdício de recurso público. Então há a oportunidade de voltar para o conselho a discussão sobre cobrança de taxa de inscrição. Vai ser disponibilizado um relatório de gastos com o processo. O conselheiro Mack Pedroso relatou os graves problemas em Sapucaia, onde teve grande número de inscritos, exigindo colaboração de fiscais que, são em sua maioria, das redes municipal e estadual; com a redução de 50% houve abstenção muito grande de servidores; que a situação para o próximo ano irá piorar pois, quem foi este ano, já quase fazendo um favor, não irá no próximo, por causa dos baixos valores pagos. A redução dos valores impacta principalmente em situações que exigem deslocamento do fiscal, muitas vezes cara. Em relação aos valores, o presidente lembrou que está dentro do orçamento dos câmpus. A conselheira Gabriele Mandler falou sobre a necessidade de **recomposição da comissão de revisão do regulamento do CONSUP**, uma vez não conseguiram desenvolver o trabalho e alguns dos participantes das representações docente e discente não são mais conselheiros. Disponibilizaram-se para integrar a comissão os conselheiros Charles Domingos (docente - Charqueadas) e Giovana Oliveira (discente – Lajeado). A conselheira Gabriele Mandler falou sobre **cotas**

**para candidatos com deficiência;** explicou que há oito cotas diferentes no processo seletivo, das quais cinco são para PCD e no câmpus Venâncio Aires não há servidores capacitados para identificar se os candidatos são portadores de determinados tipos de deficiência, então não sabe como confirmar se a pessoa realmente apresenta deficiência, não tem experiência, não tem segurança. O presidente propôs que seja feita uma rodada de orientações com a coordenadora da DEPEI. O conselheiro Álvaro Nebel reconheceu a importância do tema e a não existência de um olhar para esse tipo de cotas, pessoa que se declara com algum grau de deficiência auditiva necessita avaliação de alguém especializado, mas há situações que não temos como identificar e não há critério para que possamos exigir, por exemplo, um laudo comprobatório, no ato da matrícula. O conselheiro Luis Felipe Cunha considera importante a colocação dos colegas, porque precisamos olhar o lado da pessoa com deficiência; relatou que no câmpus há uma aluna que, quando ingressou, precisava de uma pessoa para atendê-la, a deficiência é muito grave e não estamos preparados para lidar com uma situação dessas; que deixamos de ver esses aspectos, que precisamos ter estrutura para atender essas pessoas. A conselheira Vivian Correa manifestou a preocupação com a inexistência de sala de atendimento educacional especializado, de estrutura para atendimento adequado, no câmpus Gravataí, porque não basta que ele esteja, ele tem que aprender. A conselheira Ana Cristina Silva relatou que no curso de Design de Interiores do câmpus Pelotas há um aluno no 5º semestre e até agora não houve atendimento especializado, os professores da formação geral e do ensino técnico tentam fazer o melhor, estão tentando um profissional especializado, a gestão se preocupa, mas está na hora de mostrar que todos os câmpus vivenciam os mesmos problemas. Precisamos rever as cotas, porque não adianta ter cotas e não ter quem nos apoie. A conselheira Gabriele Mandler considera importante falar sobre as cotas, mas o importante é quando chega a pessoa, o atendimento, o que podemos fazer para que ela possa concluir seu curso, precisamos de auxílio não só para confirmar a deficiência, mas também para saber como acompanhá-la e atendê-la. O conselheiro Fernando D'Oca disse que a instituição precisa assumir seriamente a política de inclusão e acessibilidade, lembrou que vem colocando esse assunto há quatro reuniões do Colégio de Dirigentes e temos que discutir o que realmente entendemos por política de inclusão; existe uma previsão de recursos numa rubrica específica orçamentária para a execução da política de inclusão e acessibilidade. A gente tem que estar preparada como instituição em todos os aspectos, desde o processo seletivo até o posteriormente e considera que a discussão tem que vir efetivamente para o Conselho, se não, o que está previsto na lei é falso. O conselheiro Carlos Correa disse concordar com todas as falas anteriores; explicou que no câmpus Pelotas há 26 PCD, que foi obrigado a aceitar, mas não tem como atender, elas não estão incluídas num processo que lhes dê ganho de conhecimento; isso é muito preocupante, a cada semestre a situação cresce significativamente; sabemos que os professor, por iniciativa própria, buscam auxílio até junto à comunidade externa, como forma de melhorar o atendimento aos estudantes, porque o instituto, tem departamento que trata da inclusão, mas não tem estrutura para oferecer o atendimento. Ratificou a discussão já pelo Codir e destacou a importância de trazer ao Conselho, para tentar buscar apoio externo, talvez no Ministério Público. O presidente encaminhou no sentido de solicitar à chefe da DEPEI, Rosane Bom, um regulamento, se for o caso, uma comissão, a exemplo das de heteroidentificação, para amenizar a situação encontrada nos câmpus. Destacou que hoje, no Brasil, há aproximadamente 40 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência e temos que trabalhar do sentido de poder recebê-los, sabemos que precisam atendimento especial, que precisa investimentos especiais e que não temos

recursos específicos para isso; os Ministérios da Educação e Economia sempre jogaram isso para as instituições, dentro das suas estruturas de custeio. Já houve três edições de curso *online*, com mais de cem vagas, mostrando as formas de tratar com os diferentes tipos de PCD e, às vezes, as turmas nem fecharam. Porque nem todos se interessaram. O CONIF tem cobrado sistematicamente a solução dos ministérios, a contratação de educadores especiais para trabalhar com esses problemas. A solução que havia até ano passado acabou não se concretizando. Esse ano, passa a ser incluído como serviço terceirizado, no custeio da instituição. Um dos caminhos será propor ao Ministério Público Regional uma ação civil pública junto ao MEC e Ministério da Economia para que eles nos deem as condições de atendimento. O conselheiro Mack Pedroso pediu permissão aos conselheiros para que a aluna Amanda Bernar, do câmpus Sapucaia, relatasse um pouco da sua **experiência na França**, por meio do convênio Capes-Brafitec e que lhe permitiu a dupla diplomação. Esta destacou a qualidade do ensino e também a aprendizagem pessoal, a percepção de mundos diferentes, o crescimento cultural. Solicitou que sejam aproveitadas nos cursos as disciplinas feitas no exterior, validando os conhecimentos lá adquiridos. Antes de retornar à discussão da pauta, após intervalo para almoço, os presentes prestigiaram a apresentação da peça encenada pelo grupo de teatro do câmpus Pelotas. Reiniciando a reunião, os coordenadores dos cursos de mestrado Marcos Betemps e Roger Araujo compareceram para falar sobre a proposta de **reserva de vagas para servidores da instituição em cursos de Mestrado**. O pró-reitor Vinícius Martins explicou que programas de mestrado são autorizados e avaliados pela Capes; que hoje ofertamos quatro cursos: ProfEPT (Charqueadas), mestrado em Ciências Ambientais; Educação e Tecnologia (Pelotas) e Ciências e Tecnologias na Educação (CaVG). Disse que o ProfEPT propõe a capacitação de servidores da rede federal, reservando-lhes 50% das vagas. O coordenador Roger Araujo disse que não se trata de ser contra ou a favor à capacitação do servidor, mas o colegiado justifica ser contrário à proposta porque o programa funciona a partir de regime próprio, que a plataforma Sucupira define o público-alvo do programa, que são os profissionais da educação pública preferencialmente em nível municipal e estadual. O curso já teve uma primeira avaliação, a próxima será 2016-2019 e qualquer alteração no regimento poderia vir a prejudicar. Considerou que a reserva de 10% de vagas para os servidores poderia significar restrição de acesso aos mesmos servidores; que há de 20 a 25% de vagas ocupadas por servidores que participam dos processos de seleção. No processo de 2019, das 32 vagas ofertadas tivemos 10 servidores aprovados. Não é contra ações de fomento à qualificação de servidores, mas há coisas que precisamos obedecer, e é necessário mais prazo para propor outras coisas, para garantir coisas que vimos conquistando desde 2011. O coordenador Marcos Silva repassou a decisão do colegiado; explicou que o APCN foi submetido em 2014 sem contar com a reserva de vagas e qualquer alteração nesse sentido, precisa resguardo da Capes. O público-alvo são profissionais que trabalham com educação pública; o curso de mestrado começou em 2014 e em todas as ofertas a menor participação de servidores da instituição foi 20%. Entende que da forma como foi construído o projeto, temos como público-alvo os servidores da instituição e estamos atendendo mais do que 10%; a reserva de 10% pode fazer com que servidores concorram entre si. Pode-se pensar em mudança mais tarde, mas agora, mudança drástica no público-alvo pode prejudicar a primeira avaliação da Capes, em 2020. Considera importante a qualificação dos servidores para a instituição. Até ano passado foram ofertadas 98 vagas e destas, 18 preenchidas por servidores do IFSul; anualmente a média de ocupação de vagas por servidores é de 20 a 25%. O conselheiro Nilo Campos questionou por que a oferta não é

prioritária também para federais, para nossos servidores e disse que regulamentos podem ser alterados, tanto que nesta pauta há vários exemplos de propostas de alterações. Em relação ao mestrado do câmpus Pelotas, diz não serem tantos os servidores que nele ingressam, apresentou o parecer 26 da procuradoria federal junto à Fundação da UFPel, que analisou e subsidiou a resolução do Consun no sentido da reserva de vagas. Considerou que quando se faz a reserva de vagas, o servidor também está concorrendo na ampla concorrência e que há outras políticas de cotas; já viu muitos colegas nem tentarem ingressar nos mestrados da instituição pelas dificuldades encontradas. Lembrou que há liberação de pessoas para qualificação teve um impacto na qualidade de serviço para a instituição proporcional ao que foi investido nos servidores; nesse momento de carência de recursos, é papel institucional proporcionar aos servidores a qualificação. Para a instituição evoluir ela precisa se realimentar, com a capacitação e qualificação dos servidores nos programas que ela oferece, evitando injetar recursos em instituições particulares. O conselheiro Álvaro Nebel disse que a seleção para programas de mestrado na instituição destoa do que é o IFSul, destoa de todas as políticas de que se ouve falar no IFSul: políticas de inclusão, de cotas, de acessibilidade, isso não existe para mestrado. Discorda quanto ao público-alvo é para a educação, o que contemplaria todos os servidores. Tem dúvidas se o percentual de vagas está sendo ofertado com o mesmo critério de meritocracia na elaboração dos projetos, nossos docentes fazem pesquisas, para concorrer de forma mais contundente nos programas de mestrado, contra o servidor administrativo; olhando para essa questão, o momento não é de fazer mudanças, mas não podemos nos furtar de consultar a Capes, para que se possa embasar melhor a proposta. Se a Capes permitir não serão 10% para os servidores concorrer com o universo de vagas, mas para concorrer com o universo de servidores do IFSul inscritos. Propõe que a Capes seja consulta para avançar a discussão de pois de obtida a resposta. O coordenador Roger disse que o programa tem prova escrita, eliminatória, média 7 e só depois passam à análise do currículo. Em 3 anos foram ofertadas 96 vagas e, destas, 31 foram ocupadas por servidores do IFSul, sendo 20 técnicos e 11 docentes. O curso oferta a média semestral de 24 seminários. O servidor Marcos Betemps lembrou que coordena um mestrado em ensino, não em educação; o aluno precisa apresentar, além da dissertação, um produto educacional; não há prova para ingresso, no processo seletivo, o que mais conta é o tempo como docente, pois o público-alvo é o professor da rede pública que está em sala de aula; cada ano como docente conta 03 pontos; artigo em qualis A1 vale 12 pontos; candidato deve apresenta anteprojeto e currículo; embora a preferência seja para docentes há participação de técnicos-administrativos; não tem um programa de pesquisa, mas sim de investigação, de intervenção pedagógica, são outras dinâmicas de um mestrado profissional de ensino; são 12 docentes e 06 técnicos-administrativos. O coordenador Roger Araújo explicou que, no curso que coordena é contado o tempo de serviço de maneira equânime, tanto para docentes como para técnicos-administrativos. O conselheiro Nilo Campos diz não entender necessário consultar a Capes porque o art. 207 da Constituição dá autonomia didático-pedagógica às instituições de ensino, e foi no que se baseou a UFPel; lembrou que no universo de TAs, temos 80% perfeitamente aptos a, pelo menos, concorrer a uma vaga com seus pares em nossos cursos. Ratificou sua posição, por não considerar tão acessíveis os mestrados aos servidores, e disse ser momento de ampliar leque para qualificação dos nossos servidores. O pró-reitor Vinícius Antunes disse que hoje a Capes tem autonomia para abrir e fechar programas de mestrado e doutorado. Para alterações pode ser feita proposta que informe o que vai haver de novo para a formação, pois a Capes não quer mais o mesmo, nem dois mestrados iguais numa



instituição; a ideia é que é um novo doutor formado no Brasil tenha a mesma equivalência no exterior; exige que os professores que serão orientadores já tenham um trabalho de pesquisa publicado; que o IFSul já encaminhou quatro propostas de APCN que foram recusadas; todos os programas de pós-graduação precisam ser submetidos à Capes, que exige o atendimento a seu nível de qualidade: ter produção e formação de recursos humanos; nesse aspecto, a Capes sugere o limite de dois alunos por orientador; só está autorizando para os institutos mestrados profissionais. O conselheiro Álvaro Nebel disse que o Conselho Superior é o espaço de discutir as coisas que nos tocam, de forma sistêmica. Perguntou se a pró-reitoria é favorável às cotas. Reposta positiva, o conselheiro disse que o pró-reitor deve ir à Capes solicitar alteração no programa de mestrado do CaVG para ter o apoio em Passo Fundo; isso é uma mudança de APCN estupenda em relação à cota, submeteu uma APCN para 24 vagas em Pelotas – CaVG e agora mais 20 vagas em Passo Fundo. Serão idênticas? Mudou? O tempo de conclusão é favorecido se tivermos servidores do IFSul cursando, porque ele está aqui dentro, não abandona; acha louvável que se tenha reserva de 20 até 30% para servidores, desde que seja por mérito dos que estão aí, currículo bom, embora tenha uns 06 técnicos-administrativos do CaVG que não são da área da educação, mas conseguiram vaga, porque quando se fala em cota é garantir essas vagas, diferente de ter a concessão, a garantia de que podem concorrer entre os pares; finalmente, sugere que seja feita consulta à Capes via pró-reitor, que tem acesso às pessoas, que alterou as vagas para Passo Fundo do programa de mestrado do CaVG. A conselheira Janete Otte sugeriu que, considerando que os dois programas estão para ser avaliados, se aguarde o fim do processo avaliativo para voltarmos a discutir as cotas. A conselheira Gabriele Mandler sugeriu que a PROGEP faça um estudo verificando quem precisa e qual o interesse das pessoas. O coordenador Roger Araujo disse que o processo seletivo tem em torno de 400 inscritos por certame; que o mestrado, junto como os cursos de especialização vem tentando fazer períodos formativos de 360 horas para alunos especiais, que alcançando essa carga horária podem receber a diplomação de especialização. Disse que não é todo técnico-administrativo que vai fazer mestrado em educação, mas a gente tenta adaptar os projetos, com um limite. O coordenador Marcos Betemps disse que o IFSul consegue fazer as pós-graduações com o que tem dentro do instituto; não se pode pensar em pós em longo prazo contando que vamos conseguir tais e tais condições; temos que ver quais professores estão sobrando na área e podem vir a contribuir para o mestrado, pois há regras de credenciamento para docentes, temos que ter consciência que professor do mestrado é professor do ensino médio, da graduação, da licenciatura e do mestrado; outra possibilidade seria fazer uma câmara de vagas; temos que pensar o quantitativo de vagas a partir do número de docentes; dentro desse quantitativo podemos pensar em percentual para servidores. O pró-reitor Nilo Pozza disse, baseado nos dados de novembro, que tem um potencial de 646 técnicos-administrativos, sendo 217 aptos à especialização. Não vê necessidade específica de levantamento de interesse, porque tem dificuldade em receber respostas dos câmpus. O presidente considera importantes os dois programas, mas reconhece não ser momento oportuno para alterações. Propôs trazer a proposta, dentro dos moldes exigidos, na reunião de março 2020, para discutir como será a reserva. O coordenador Marcos Betemps ratificou que o colegiado não é favorável às cotas para servidores e o coordenador Roger Araujo disse que levaria a discussão novamente ao colegiado. O conselheiro Nilo Campos propôs que o Consup tome sua posição, defendendo ou virando as costas aos servidores, para que haja realmente uma proposta. (trecho inaudível) O coordenador Marcos Betemps disse que não estão virando as costas aos servidores da

420 instituição, os programas de pós-graduação da instituição estão preocupados em atender  
421 a demanda de formação da sociedade, incluída na sociedade os colegas do instituto nos  
422 nossos programas. Explicando que a manifestação a seguir representava sua opinião, não  
423 como representante do colegiado, fez o seguinte questionamento: se hoje, o programa  
424 atende docentes federais, estaduais e municipais, por que os docentes federais tem que ter  
425 reserva e os estaduais e municipais não teriam. Se a reserva for para docentes da rede  
426 pública, fecha. O conselheiro Nilo Campos disse que a proposta não é para docentes, é  
427 para servidores, que primeiro é preciso arrumar a casa, para depois arrumar a do vizinho.  
428 O conselheiro Mack Pedroso disse que é muito difícil que servidores técnico-  
429 administrativos do câmpus Sapucaia consigam fazer especialização e sugeriu acréscimo  
430 de 10% nas vagas exclusivamente para eles. A conselheira Cláudia Larrossa lembrou que,  
431 se os técnicos recebem ajuda financeira, isso também representaria economia. O  
432 coordenador Roger Araujo disse que o programa tem 17 professores, desses 3  
433 aposentados, há um limite de 8 orientações por período, se houver mais podemos perder  
434 o credenciamento; reforçou que, para trabalhar nos programas, o docente precisa estar  
435 credenciado em grupo de pesquisa, atuação em termos de excelência e ter produção. Disse  
436 não ser contra as cotas no seu programa, mas condicionadas ao credenciamento, à maneira  
437 de viabilizar em nível de APCN. O conselheiro Nilo Campos disse ter sido um dos  
438 servidores técnico-administrativos que fez mestrado na UCPel; que a instituição gastou  
439 mais de 15 milhões em capacitação de servidores; está na hora de focar dentro da  
440 instituição, nós temos condições de alimentar nossos programas, porque não há mais  
441 dinheiro para capacitar, então a proposta é no sentido de resolver uma demanda de forma  
442 mais eficaz, sem causar qualquer prejuízo aos cursos que já estão acontecendo. O pró-  
443 reitor Vinícius Antunes propôs que primeiro se consultasse a Capes para que, após a  
444 resposta aos questionamentos, o Conselho se reúna para tomar sua posição. O presidente  
445 ratificou que o Conselho é o órgão máximo da instituição, mas temos que buscar sempre  
446 a conciliação com os órgãos envolvidos. Nesse sentido temos as propostas de consultar à  
447 Capes, para posterior discussão na primeira reunião de 2020, com as novas propostas dos  
448 cursos, ou aprovar as cotas agora. O conselheiro Nilo Campos disse não ter visto nenhuma  
449 contrariedade da Capes em relação às universidades. O conselheiro Tales Amorim disse  
450 que se a especialização está incluída, temos um problema; também que falta acesso a mais  
451 informações e aos 17 cursos que temos, para termos condições de emitir opiniões. O  
452 conselheiro Carlos Correa disse que ao longo do tempo, muitas pessoas não tiveram  
453 oportunidade a isso e essa é a grande questão; que se investia muito mais nas atividades  
454 em sala de aula do que em sair para mestrado; com o passar do tempo e, principalmente  
455 com a transformação em IFSul, ter mestrado ou doutorado passou a ser importante, até  
456 pela verticalização; disse ser importante os coordenadores terem dado seu  
457 posicionamento, mas não deixando de repassar o posicionamento dos respectivos  
458 colegiados; sobre quem deveria participar do processo, é contrário a que se crie  
459 subdivisões dentro das categorias; ratificou a importância de consultar a Capes, até porque  
460 participou do processo de avaliação dos nossos cursos, que é extremamente criterioso;  
461 então, considerando que os cursos logo estarão em processo de avaliação, sugere que,  
462 depois de concluído, se reabra as discussões e traga ao colegiado para que se possa fazer  
463 uma proposta; não é contrário a participação dos servidores da casa, mas é preciso  
464 cuidado. O conselheiro Álvaro Nebel disse já ter sido contemplado e sugere então  
465 consulta informal do pró-reitor Vinicius com os avaliadores da Capes, numa ida a  
466 Brasília. O presidente salientou que a primeira proposta é o retorno da discussão em  
467 março, com uma análise dos colegiados e, então, consultar a Capes. O coordenador

468 Marcos Silva lembrou que qualquer decisão que o Consup venha a tomar só terá validade  
469 para 2021, pois o processo seletivo está em processo final. Explicou que os processos  
470 seletivos começam em setembro, ratificando que ações valerão para 2021. Em vista disso,  
471 o conselheiro Nilo Campos retirou sua proposta. A conselheira Gabriele Mandler falou  
472 sobre as **perícias médicas**. Relatou ser um problema no câmpus Venâncio Aires, que não  
473 tem médico, uma vez que a pessoa falta porque está doente, falta outro dia para fazer a  
474 perícia em Sapucaia, além de ter despesa no deslocamento. As perícias são para o próprio  
475 servidor ou para acompanhamento de dependente. O pró-reitor Nilo Pozza disse entender  
476 perfeitamente as dificuldades e que desde 2018 vem tentando resolver; que a legislação  
477 impõe questões a serem cumpridas em relação ao afastamento por saúde; que a legislação  
478 estabelece que servidor que apresente atestado médico sem a informação do CID é  
479 obrigado a passar por perícia; que um dos grandes dificultadores é a distribuição  
480 geográfica para o atendimento do servidor; não havendo condições de prestarmos o  
481 atendimento, deve-se fazer convênio com outras instituições de ensino que têm  
482 atendimento médico, hospitais, INSS, mas em todas as tentativas que fizemos, as  
483 respostas foram negativas. A Progep teve que montar processo com todos os itens que a  
484 legislação estabelece para chegar ao lançamento administrativo dos atestados para  
485 câmpus que trabalham com médicos que possam realizar perícias. A Progep está  
486 trabalhando num informe a ser divulgado ainda em dezembro e para ser colocado em  
487 prática a partir de 02 de janeiro, para que os câmpus que não têm atendimento médico  
488 não precisem deslocar seu servidor, provavelmente haja alterações em relação a perícias  
489 médicas; é possível que o Ministério da Economia que as perícias médicas sejam  
490 realizadas pelo INSS. Se isso acontecer resolverá nosso problema, pois há agências do  
491 INSS em todas as cidades onde temos câmpus. Mas, se o atestado chegar sem CID ou  
492 sem diagnóstico que permita identificar a situação de doença, haverá encaminhamento  
493 para perícia. A conselheira agradeceu as informações recebidas. Dando sequência à pauta,  
494 a conselheira Gabriele Mandler solicitou informações sobre o **Decreto 9991/2019 – 2%**.  
495 Questionou como é considerada a distribuição do percentual pelos câmpus, pedindo que  
496 seja feita de forma transparente e, sobre a remuneração, perguntou o que o servidor deixa  
497 de receber estando afastado. O pró-reitor Nilo Rodrigues explicou que a legislação  
498 estabelece que não podemos ultrapassar o percentual de 2% de servidores liberados  
499 especificamente para licença capacitação concomitantemente; quanto à distribuição do  
500 quantitativo, é um desafio, a princípio seria feita por câmpus; no último Codir, discutimos  
501 superficialmente o assunto e entendemos que deveria ser trazido ao Consup para definição  
502 disse que hoje temos 38 servidores afastados, ultrapassando o limite, que é 36. Estamos  
503 num período de transição, alguns desses servidores tiveram afastamento baseado no  
504 decreto anterior e outros no atual, o que lhe dá segurança se precisar responder algum  
505 questionamento de controle sobre a liberação maior que a permitida. Com as mudanças  
506 na legislação, muitas pessoas que não tinham interesse imediato no afastamento, ou recém  
507 atingiram o período de direito, fizeram a solicitação, o que acabou restringindo o direito  
508 dos demais. O que temos definido hoje é, que até que o Consup indique a melhor forma  
509 distributiva, vamos deferir os pedidos por ordem de chegada. Fizemos um levantamento  
510 e temos um cenário de que eventualmente se regulamente, talvez estabelecendo períodos  
511 de afastamento de forma a garantir que todos os servidores possam usufruir do seu direito  
512 dentro dos cinco anos, uma vez que, se for permitido o período completo, muitos  
513 servidores não conseguirão ter o seu afastamento para capacitação. Sobre a remuneração,  
514 disse serem garantidos os direitos básicos, sendo excluído o pagamento de insalubridade,  
515 periculosidade e auxílio transporte. O presidente afirmou que o Codir decidiu não

516 apresentar proposta fechada, mas levar à comunidade a discussão de como fazer a  
517 classificação bem como trabalhar propostas de regulamento, o que deverá começar no  
518 próximo ano. Ratificou a definição de, enquanto isso, atender os pedidos por ordem de  
519 chegada. Foram submetidas à apreciação as propostas de **calendário acadêmico 2020 de**  
520 **todos os câmpus do IFSul**. O conselheiro Francisco Brongar pediu que, no calendário  
521 do câmpus Pelotas se evite incluir os sábados na recuperação de dias letivos. O  
522 conselheiro Carlos Correa concorda com a inadequação de aula sábados, que causa  
523 transtorno para alunos de outras cidades, mas reconheceu que houve uma real necessidade  
524 este ano. A conselheira Glaucia Santos sugeriu que se deixe para definir em março  
525 próximo, a data da realização do IFSul mostra sua cara. A conselheira Ana Cristina Silva  
526 disse que houve um quórum bem grande e participativo nas aulas dos sábados; questionou  
527 por que a reitoria não se manifestou sobre o problema da água contaminada no câmpus  
528 Pelotas. O presidente respondeu que a reitoria esteve presente, disponibilizando  
529 servidores para acompanhar a situação e estando junto com o diretor nas reuniões com a  
530 direção do Sanep. O diretor Carlos Correa ratificou o apoio recebido do reitor, da CCS e  
531 da DPO, e disse que, em função de todos os problemas, houve falha de comunicação.  
532 Levados à votação, os calendários acadêmicos 2020 foram aprovados, com 02 abstenções.  
533 O conselheiro Carlos Correa pediu que fosse colocada em votação também a proposta de  
534 **alteração do calendário acadêmico 2019 do câmpus Pelotas**, cuja inclusão na pauta foi  
535 feita no início da reunião. A proposta foi aprovada por unanimidade. Foram levados à  
536 análise as propostas de alteração dos **PPCs dos cursos técnicos do câmpus Santana do**  
537 **Livramento**. Iniciando, o pró-reitor Rodrigo Nascimento explicou a metodologia de  
538 aprovação e alteração dos PPCs: o câmpus envia os PPCs para a Pró-reitoria de Ensino;  
539 nesta, são submetido à Caped, que analisa os cursos do ensino médio integrado,  
540 concomitantes e subsequentes, ou à Caed, que analisa os PPCs dos cursos de graduação;  
541 constatada alguma inconsistência são devolvidos ao câmpus com sugestões; há posterior  
542 retorno à PROEN, depois o PPC final é encaminhado para o Codir ou Consup, além de  
543 passar pela Câmara de Ensino. Na página do IFSul tem link chamado Câmara de Ensino,  
544 onde todos podem acessar. As Câmaras de Ensino são realizadas um ou duas vezes/mês,  
545 então, quando os PPCs chegam ao Consup, já passaram por várias mãos. Agora a  
546 metodologia mudou, estamos chamando os câmpus e discutindo juntos os projetos  
547 pedagógicos, o mais recente foi o câmpus Charqueadas, o diretor mandou todos os  
548 servidores ligados ao PPC que ficaram 2/3 dias com a Proen até chegar à concepção final  
549 do curso. Sobre os cursos de Livramento, os PPCs sofreram uma reformulação geral  
550 adequando-os ao referencial teórico; faltava a política de acessibilidade e inclusão, houve  
551 alteração no número de vagas ofertadas nos quatro cursos e mudança de carga horária.  
552 Este ano conseguimos o registro dos cursos de Energia Renovável no novo Conselho  
553 Federal e o registro do Técnico de Controle Ambiental que estava pendente pois o CREA  
554 não mais faz registro de cursos técnicos. Os conselheiros Pablo Mendes, Janete Otte e  
555 Gabriele Mandler solicitaram que qualquer proposta de alteração seja destacada, para que  
556 os conselheiros possam fazer efetivamente a análise do que vão ou não aprovar. A  
557 conselheira Janete Otte disse que precisa conhecer as alterações pois não quer aprovar  
558 nesses PPCs algo que indique estarmos aderindo à reforma do ensino médio. Já fizemos  
559 três seminários afirmando que queremos garantir o ensino médio de acordo com nossa  
560 política; não foi possível ler os PPCs, que são muitos, nem identificar as alterações  
561 propostas. A conselheira Gabriele Mandler disse que a informação das alterações dá mais  
562 segurança para as discussões e o voto. O conselheiro Francisco Brongar disse que os PPCs  
563 estão vindo incompletos e, sem os anexos, não se sente à vontade para aprovar; que o

IF Sul está caminhando para aderir à reforma de ensino médio porque no documento de Charqueadas consta “a atualização do curso diz respeito ao perfil do profissional dos egressos e à flexibilização da matriz curricular de forma a promover diferentes itinerários”. Em relação aos anexos, o pró-reitor Rodrigo Nascimento explicou que foi aprovado que determinados itens iriam para o Consup e outros para a Câmara de Ensino. O presidente justificou que essa aprovação foi feita pelo próprio Consup e, se tiver acharem que deve mudar, deve ser encaminhada solicitação ao Conselho. O conselheiro Pablo Mendes lembrou que o Consup é o órgão máximo, mas que não pode ser contrário à vontade de um câmpus reformular um curso, não parece correto inviabilizar mudanças e lembrou que os pedidos de alteração são feitos pelos coordenadores de curso, não pelo pró-reitor. O servidor Deomar Netto, da Caped, pediu licença para manifestar-se e disse que todo o material dos PPCs pode ser encaminhado, mas a parte encaminhada na pauta é a que precisa da aprovação dos conselheiros, visando facilitar a análise por parte deles, pois cabe à Câmara de Ensino a análise e aprovação dos outros itens, conforme explicado pelo presidente e aprovado pelo Consup. Disse que em nenhum momento os cursos de Charqueadas estão se encaminhando para a reforma do ensino médio, bem como nenhum curso de outro câmpus do IF Sul está se encaminhando para essa proposta de reforma do ensino médio. A análise foi feita por ele, e as alterações propostas são referentes a atividades complementares, que irão completar as horas de sala de aula. O câmpus defende que os alunos poderiam escolher as atividades, de acordo com seus interesses, para complementar a formação geral que eles têm, o que boa parte dos cursos já fazem. Aproveitou para elogiar a equipe do câmpus Charqueadas que esteve trabalhando com a Proen na reformulação desses cursos. Destacou outros câmpus, como Controle Ambiental de Camaquã, pela aceitação das recomendações da Caped; salientou a importância do trabalho conjunto dos câmpus com a Proen. O coordenador da Caed, Leonardo Kontz, disse ter ouvido algumas falas que o preocuparam, como “eu não vou aprovar esse tipo de curso porque vai contra aquilo que eu presumo”. Todos os PPCs, antes de virem para o Conselho, são amplamente estudados por um grupo de professores formados na área, com mestrado, doutorado, que têm todo um conhecimento pedagógico e científico do que estão falando, passam até seis meses num PPC, depois vem para o Conselho começar a criar empecilhos por conta de pontos de vista nossos; de repente, os coordenadores precisarão vir ao Consup para defender os seus cursos; que a Proen avalia a parte pedagógica, a parte legal, mas não pode intervir nos câmpus, dizendo que não gostou da ideia, que não quer que faça isso; o câmpus tem que ter autonomia para propor o que ele acha interessante dentro do seu perfil; esse tipo de fala preocupa, porque acaba tendo viés político: eu não gosto dele, eu não gosto da ideia dele, eu não vou votar” e acha que essa não é a ideia; o grupo mudou o curso, fez uma coisa muito boa, passou por várias instâncias e depois é contestado por uma leitura rasa. Ratificou que o câmpus tem que ter sua autonomia, desde que cumpra todos os requisitos legais. A conselheira Janete Otte disse que o problema não é de ponto de vista, não tem intenção de se meter no que as pessoas querem ou pensam, mas, se o PPC vem para o Consup é por que alguma coisa tem que ser aprovada nele e justamente isso é o que precisa ser identificado, para o conselheiro ter condições de analisar e decidir seu voto. O presidente disse que sempre foi feito dessa forma, que hoje, pelo pedido da conselheira, o pró-reitor está explicando as alterações pontualmente; que as avaliações hoje vão continuar assim e que, a partir de agora, todas as propostas de alteração deverão vir no modo proposto pelos conselheiros: ressaltando efetivamente a mudança proposta. O conselheiro Álvaro Nebel disse, que se nenhum curso é criado sem a aprovação do Conselho, após ampla discussão, considera

que a mesma formalidade deve ser mantida quando há necessidade de alteração nos PPCs, embora reconheça que nos últimos quatro anos venha se fazendo da mesma forma. O conselheiro Jeferson Wolff explicou que a partir do segundo semestre 2018, o câmpus Charqueadas definiu a necessidade de alterar os PPCs de seus cursos; que houve discussão com toda a comunidade do câmpus, alunos, docentes e técnicos. Uma das preocupações que tinham era que fosse feita uma análise de todos os cursos e que, inclusive, atendessem a verticalização. Sobre o curso integrado em Mecatrônica, que está recebendo algumas críticas, disse que, em momento algum, os professores de Charqueadas defenderam o novo ensino médio, que, em momento algum, esta discussão permeou o trabalho do câmpus, e sim a busca de um currículo que possa atender a verticalização e atender essas atividades complementares. Hoje está aprovado: são 360 horas em atividades completares, todas as atividades os alunos podem vivenciar dentro e fora da nossa instituição; atividades de ensino, de pesquisa, de extensão. Ratificou que o câmpus Charqueadas vem trabalhando há bastante tempo para buscar a mudança e alteração desses currículos; quando houve dúvidas, todos os coordenadores trabalharam juntos com a Proen para discutir a melhor forma de sanar a dúvida. O conselheiro Francisco Brongar disse fazer dele as palavras do conselheiro Álvaro Nebel, no sentido de que se passou esse tempo alternado assim, mas a gente tem direito de saber as alterações; também pediu que se tivesse cuidado na escolha das palavras, para evita interpretações erradas. O conselheiro Mack Pedroso também disse ser difícil aprovar sem conhecer, mas, disse que hoje, considerando o horário, não tem como fazer a avaliação de proposta por proposta e pediu a confirmação de que essas mudanças nos encaminhamentos da pauta serão em 2020. A conselheira Gabriele Mandler propôs que, qualquer proposta de alteração em documentos encaminhados ao Consup, apresente o antigo e a nova proposta. O presidente colocou em votação as duas propostas para a continuidade dos trabalhos: a primeira, fazer avaliação individual dos PPCs; a segunda, votar como está hoje, fazendo considerações, se necessário, com o compromisso de, a partir da próxima reunião, serem explicitadas as propostas de alteração. Esta proposta venceu por maioria, havendo 01 voto para a primeira proposta e 04 abstenções. O presidente colocou em apreciação a proposta de alteração dos PPCs dos cursos técnicos do câmpus Santana do Livramento, aprovada com 06 abstenções. A proposta de **reformulação do Bacharelado em Engenharia Química – câmpus Pelotas** foi aprovada, com 05 abstenções. Colocada em apreciação a **oferta de vagas dos cursos do Profuncionário**, foi aprovada, com 02 abstenções. Entrou em apreciação a proposta de **alteração do anexo da Organização Didática (OD) do câmpus Santana do Livramento**. O conselheiro Fernando D'Oca disse que no artigo 173 da OD consta que reformulações na OD devem ser analisadas, discutidas e homologadas pela comunidade acadêmica do IFSul e, no parágrafo único diz que propostas de reformulação referentes aos anexos serão submetidas aos respectivos câmpus e estão sendo trazidas ao Consup. O presidente disse que pecar por excesso não seria problema, que se pode fazer essa análise. Sem considerações, a proposta foi aprovada, com 04 abstenções. Foi colocada em pauta a proposta de **alteração da Organização Didática do câmpus Sapiranga**. O pró-reitor Rodrigo Nascimento explicou que a OD é aprovada pelo Consup e qualquer alteração da OD tem que passar pelo Conselho, entendemos essa necessidade. O conselheiro Fernando D'Oca disse que talvez seja apenas problema de redação; quanto à alteração, disse que, em respeito aos professores que lhe pediram, vai fazer uma colocação: há uma discordância quanto à proposta que foi feita, pois não existe consciência quanto à mudança proposta, não é nenhuma questão sobre o trabalho feito pela Proen, pelo contrário, os encaminhamentos

foram dentro do previsto (trecho inaudível) este colegiado faz análise de mérito, não de forma; que um grupo de professores defende que deve ser mantido o percentual até então vigente de 0,5, enquanto a proposta de alteração na OD é que seja ajustado para 0,1, conforme prevê a OD do IFSul, em seu art. 117; disse que apresentaria o posicionamento do grupo para que os conselheiros fizessem a apreciação do pleito; o que coloca é que, dentro do câmpus, não foi demonstrado suficientemente que necessariamente o sistema decimal representa benefícios, em razão de que é impossível que o professor tenha uma precisão de decimais para fazer a sua avaliação. Dentro dessa visão, os colegas colocam que a LDB tem a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, então um sistema que pontua de meio em meio ponto seria mais adequado. O conselheiro Mack Pedroso disse que a proposta veio porque foi aprovada pela maioria dos professores, referendada pela Proen, então não se sente à vontade para contrariar o que a maioria, no câmpus, aprovou. O conselheiro Carlos Correa disse que esta é uma questão que o incomoda, que, em vez de estarmos discutindo políticas de permanência e êxito, vamos discutir se vamos reprovar alunos por 0,1 ou 0,5, e isso é lamentável, temos que discutir o processo ensino/aprendizagem e não se vamos reprovar o aluno. O presidente levou à votação as duas propostas: a primeira, deixar a OD de Sapiranga com valores de 0,1; a segunda, considerar o valor de meio em meio ponto. (trecho inaudível) Considerando que a proposta efetiva seria votar a proposta encaminhada na pauta, ou seja, respeitar a OD do IFSul, que ajusta o arredondamento em 0,1, foi levada à votação, sendo aprovada, com 14 abstenções. Foi levada à votação a proposta de **alteração do PPC Automação Industrial – Camaquã**, aprovado com 01 voto contrário e 05 abstenções. Também levadas à votação **alterações dos cursos de Charqueadas**, aprovadas com 06 abstenções. Sem considerações, a **reformulação do PPC Técnico em Controle Industrial – Camaquã**, foi aprovada, com 03 abstenções. Colocada em votação a proposta de **reformulação do PPC Técnico em Edificações – câmpus Avançado Jaguarão**, foi aprovada, com 09 abstenções. Entrou em análise a proposta de **reformulação do PPC Técnico em Agropecuária – CaVG**. O conselheiro Álvaro Nebel explicou que as mudanças são no início do curso, alterado para o próximo ano e no nome de disciplinas. Colocada em votação, a proposta foi aprovada, com 04 abstenções. A proposta de **reformulação do PPC Bacharelado e Ciências da Computação – Passo Fundo** foi aprovada, sem considerações, com 08 abstenções. Fechando a pauta, entrou em discussão a **proposta de pagamento para membros externos integrantes das comissões de heteroidentificação**. O presidente explicou que, com a aprovação da política de heteroidentificação, foram criadas comissões, que são compostas também por membros externos à instituição, e essas pessoas precisam sair de seu espaço para se deslocarem até o câmpus desempenharem sua função. Então traz para a análise a proposta de que lhes seja efetuado algum tipo de pagamento de fiscalização para que possam ter algum apoio assegurado. A conselheira Gabriele Mandler relatou a dificuldade de ter a participação de pessoas de fora da instituição nas comissões. Lembrou que uma das pautas da reunião foi o pagamento de fiscais nos processos seletivos, sugerindo que deve ser mantida a coerência dos valores, ou seja, a metade do definido inicialmente, antes do contingenciamento. Colocada em votação, a proposta foi aprovada, com 02 abstenções. O presidente leu a **proposta de moção** levada pelo conselheiro Marcus Ribeiro, sobre apoio ao movimento dos profissionais da educação da rede pública do RS que, aprovada com 22 votos, tendo 12 contrários e 01 abstenção, será encaminhada aos diretores para divulgação. A discussão sobre o ProfEPT ficou para o próximo ano. Nada mais havendo

707 a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Stela Marina Nunes de Castro digitei a presenta ata,  
708 que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.